



AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 15/2024

Processo Administrativo Nº 74/2024

Torna-se público que o Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, por meio do Setor de Contratações, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

Data da sessão: 19/09/2024

Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Horário da Fase de Lances: 08:00h às 14:00h

Preferência ME/EPP: Não

Código UASG 925169

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa de licitação é a aquisição de conjunto de bandeiras, incluindo mastro e base para apoio, conforme as quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE | QUANT. | PREÇO MÁXIMO |
|------|--|---------|--------|--------------|
| 1 | 28 kits contendo bandeira, mastro e base e, 02 mastros com base sobressalentes | UNIDADE | 28 | R\$ 9.740,00 |

1.1.1. Havendo mais de um item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.



1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço global, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – COMPRASGOV, disponível no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:



a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;



2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21.

2.3.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

3. INGRESSO NA COTAÇÃO ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Cotação Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas



infralégais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência e eventuais documentos correlatos, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;



3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.10. Fica facultado ao fornecedor, caso o Sistema COMPRASGOV permita a funcionalidade, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).



3.10.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.10.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.10.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.10.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir das 08:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do item.



4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 0,01 (um centavo de real).

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO



5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa dias) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1. contiver vícios insanáveis;

5.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;



5.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.



5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6.HABILITAÇÃO

6.8. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.9. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

6.9.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

6.9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.9.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.9.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.



6.9.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

6.9.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.10. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.10.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.10.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.11. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.12. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.13. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos



cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.14. O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

6.14.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.

6.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.16. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.16.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.17. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.



6.18. Os licitantes poderão ser dispensados da apresentação de outras comprovações, como regularidade fiscal estadual e municipal, conforme a legislação vigente.

7. DOS PRAZOS

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será encaminhada correspondência eletrônica para Convocação de Fornecimento, ou emitido instrumento equivalente, tais como Nota de Empenho ou Autorização de Compra (Ofício da Área Requisitante da Autarquia).

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para entrega do material, podendo o prazo ser prorrogado mediante motivação e aprovação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

8. SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. dar causa à inexecução parcial do pactuado;

8.1.2. dar causa à inexecução parcial do pactuado que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo (caracterizado por um atraso longo na entrega, paralisando assim o serviço de emissão de cartões de identidade);

8.1.3. dar causa à inexecução total (não entregar o material);

8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;



8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na entrega do material;

8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 8.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 8.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 8.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao



fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado no Comprasnet 4.0 e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).



9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso,



responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.13.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação

9.13.2. ANEXO II - Termo de Referência;

Brasília, 04 de setembro de 2024

Luiz Felipe Mathias Cantarino
Agente de Contratação



ANEXO I

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1 Habilitação jurídica:

1.1 no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

1.4 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

1.6 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

1.7 No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria



Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.

1.8 No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

1.9 No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

1.10 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

2.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

2.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

2.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



2.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

2.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

2.6 prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

2.7 caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

3 **Qualificação Econômico-Financeira:**

3.1 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

4 **Qualificação Técnica**

4.1 Atestado de Capacidade Técnica demonstrando a comercialização de equipamento similar em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta dispensa, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

4.1.1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

4.1.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.



ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Informações Básicas

Número do processo: 74/2024

2. Do objeto

2.1. Aquisição de conjunto de bandeiras dos Estados e do Brasil, objetivando a ornamentação da sala de reunião plentária, situada na sede do COFFITO.

2.2. Tamanho da bandeira:

- Aquisição de 28 bandeiras (Brasil e 27 Estados Brasileiros)
- Altura de 130cm
- Largura de 90cm
- Material composto de tergal verão
- Impressão bordada, dupla face
- Dois Ilhós
- Tamanho do mastro: Altura de 220cm (incluindo a ponta da lança)
- Circunferência da base suporte do mastro de 20 a 30cm
- Mastro em madeira ou laminado de boa qualidade
- Decorativo na parte superior do mastro em metal
- Suporte para fixação da bandeira no mastro
- Base revestida em laminado de boa qualidade
- Cor mogno
- Fornecimento de 30 mastros com a respectiva base
- Exemplo conforme foto abaixo



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional



3. Da fundamentação

3.1. A justificativa e fundamentação para a aquisição está situada no Estudo Técnico Preliminar, anexo ao Termo de Referência.

4. Da descrição

Considerando a simplicidade e composição do objeto do presente ETP, não há possibilidade de prestação de serviço de assistência técnica após o fornecimento do material, cabendo apenas garantia para reposição da peça completa, conforme os casos previstos na legislação com relação à vício oculto de fabricação, ou desgaste irregular no intervalo de 01 ano.

5. Dos Requisitos

5.1. O fornecimento será efetuado de acordo com a necessidade do órgão, com prazo de entrega não superior a 20 (vinte) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou da assinatura do instrumento de contrato,



se for o caso.

5.2. A prorrogação do prazo de entrega será de até 10 (dez) dias corridos, ficando condicionada à prévia justificada.

5.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no termo de referência e na proposta.

5.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.8. Por se tratar de entrega imediata sem obrigação futura, o prazo de vigência contratual será apontado na nota de empenho, correspondendo, em cada caso, à soma dos prazos necessários à entrega, recebimento, eventual substituição e pagamento, contado da data de emissão da nota de empenho.



5.9. Obrigações da Contratada:

5.9.1. Entregar os produtos dentro dos prazos estabelecidos.

5.9.2. Responder por danos causados diretamente ao COFFITO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo ou ainda de terceiros a serviço da CONTRATADA, quando da produção dos materiais, não excluindo ou reduzindo dessa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por este Conselho.

5.9.3. Zelar pela perfeita entrega dos materiais.

5.9.4. Dispor da quantidade de funcionários e de parceiros comerciais necessários à entrega dos produtos solicitados dentro dos prazos retro estabelecidos.

5.9.5. Prestar informações e esclarecimentos porventura solicitados pelo COFFITO em até 24h (vinte e quatro horas), por meio de um funcionário designado para acompanhar o contrato.

5.9.6. Aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do serviço contratado.

5.9.7. Comunicar, imediatamente por escrito, ao COFFITO qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, independentemente de solicitação por parte da CONTRATANTE para adoção das medidas cabíveis.

5.9.8. Manter, durante toda a execução do contrato a ser celebrado, a compatibilidade com as obrigações assumidas em relação a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo.



5.9.9. Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da CONTRATADA nos materiais que serão adquiridos.

5.9.10. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e representantes indiretos (terceirização do serviço), obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento do fornecimento em tela neste Termo de Referência.

5.9.11. Acatar as orientações do COFFITO, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

5.9.12. Executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais, verificando sempre o seu bom desempenho em conformidade com a proposta apresentada e nas orientações da CONTRATANTE, observando sempre os critérios de qualidade dos fornecimentos a serem prestados.

5.9.13. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

5.9.14. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da celebração de contrato.

5.9.15. Prestar os serviços com eficiência, competência e diligência, obedecendo ao disposto no contrato.



5.9.16. A(s) licitante(s) vencedora(s) deverá(ão) fornecer produtos novos, acondicionados em suas embalagens originais fechadas do fabricante, devendo constar da proposta a marca e/ou modelo dos itens cotados.

5.10. Obrigações da Contratante:

5.10.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, com relação ao objeto deste contrato.

5.10.2. Assegurar-se da boa prestação e qualidade dos serviços prestados.

5.10.3. Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento do serviço desejado.

5.10.4. Fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA.

5.10.5. Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços, por intermédio da Coordenação - Geral do COFFITO ou por ele funcionário ou Departamento designado para tal função.

5.10.6. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados .

6. Do modelo de execução

6.1. O prazo para entrega do material completo, desmontado em partes como bandeira, mastro e base, é de 20 dias corridos.

6.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.3. Os bens deverão ser entregues na Sede da Autarquia em Brasília – DF.



6.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6.5. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

6.6. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

7. Do modelo de gestão

7.1. O objeto será recebido:

a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

§ 1º O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o especificado.

8. Dos critérios de medição e de pagamento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.



13.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de estipulado dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

13.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

13.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

13.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

13.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

13.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.



13.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

13.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

13.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 13.10.1. o prazo de validade;
- 13.10.2. a data da emissão;
- 13.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 13.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 13.10.5. o valor a pagar; e
- 13.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;



13.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

13.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

13.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.



13.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

13.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

Forma de pagamento

13.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

13.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. Da seleção



9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço global.

Exigências de habilitação

14.2. Previamente ao envio da Nota de Empenho, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

14.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

14.4. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.



14.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

14.6. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

14.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

14.8. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

14.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

14.10. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

14.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

14.12. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica



14.13. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

14.14. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

14.15. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

14.16. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

14.17. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

14.18. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

14.19. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no



Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

14.20. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

14.21. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

14.22. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

14.23. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

14.24. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

14.25. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do



Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

14.26. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

14.27. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

14.28. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

14.29. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

14.30. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

14.31. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

14.32. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.



10. Do estimativo

O custo estimado médio para a aquisição é de R\$ 18.104,98 (dezoito mil, cento e quatro reais e, noventa e oito centavos), sendo o menor valor obtido de R\$ 9.740,00 (nove mil, setecentos e quarenta reais) conforme custos unitários apresentados nos orçamentos.

Composição de custos unitários no Painel de Preços

| Painel de Preços | | MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS | GOVERNO FEDERAL |
|------------------|------------|---|-----------------|
| MÉDIA | MEDIANA | MENOR | |
| R\$ 346,80 | R\$ 220,00 | R\$ 129 | |

FILTROS APLICADOS: Unidade de Fornecimento

Objeto da Compra: Aquisição de bandeira institucional, mat poliéster comprimento 120cm x largura 80cm (de acordo com projeto), para hasteamento em mastro - CMT RGT). Aquisição de bandeira do Brasil, estampada em tecido 1005 poliéster, 03 panos para uso ext com costuras reforçadas nas laterais e cantos com tarja reforçada, acompanhada de 2 ilhoses em latão, tamanho 1,35 de alt x 1,93 larg. Aquisição bandeira do Brasil 10 panos (450 cm x 640 cm +/- 2% tecido 100% poliéster, bord 2 faces), cost reforç. Aquisição de 04 bandeiras institucionais do Corpo de Fuzileiros no tamanho 0,9m x 1,30m, nos termos da tabela, conforme condições e exigências estabelecidas. Aquisição de 4 (quatro) bandeiras do Brasil para a Junta Militar da Secretaria Municipal de Administração. Quaisquer divergências entre o descritivo, prevalecerão as especificações do objeto, constantes no Termo de Referência.

Ano da Compra: 2023, 2024

Quantidade total de registros: 5
Registros apresentados: 1 a 5

| Identificação da Compra | Número do Item | Modalidade | Código do CATMAT | Descrição do Item | Descrição Complementar | Unidade de Fornecimento | Quantidade Ofertada | Valor Unitário | Fornecedor | Órgão | UASG | Data da Compra |
|-------------------------|----------------|-----------------------|------------------|------------------------|------------------------|-------------------------|---------------------|----------------|--|------------------------------------|--|----------------|
| 00493/2023 | 00001 | Dispensa de Licitação | 486474 | BANDEIRA INSTITUCIONAL | | UNIDADE | 4 | R\$129 | BANDERTTINI COMERCIO E CONFECOES DE BANDEIRAS LTDA | PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA | 926922 - PREF. MUN. DE UBERLÂNDIA - SEC. MUN. DE ADM. | 31/10/2023 |
| 00375/2023 | 00001 | Dispensa de Licitação | 463183 | BANDEIRA EM GERAL | | UNIDADE | 4 | R\$145 | BANDERTTINI COMERCIO E CONFECOES DE BANDEIRAS LTDA | COMANDO DA MARINHA | 795380 - BASE DE FUZILEIROS NAVAIIS DA ILHA DAS FLORES | 29/11/2023 |
| 00027/2023 | 00001 | Dispensa de Licitação | 447178 | BANDEIRA INSTITUCIONAL | | UNIDADE | 2 | R\$220 | CASA VAREJAO ARTIGOS DESPORTIVOS LTDA | COMANDO DO EXERCITO | 160428 - 2 REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO/RS | 31/05/2023 |
| 00027/2023 | 00002 | Dispensa de Licitação | 245445 | BANDEIRA EM GERAL | | UNIDADE | 3 | R\$240 | BANDEIRAS ON LINE ARTEFATOS TEXTEIS LTDA | COMANDO DO EXERCITO | 160428 - 2 REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO/RS | 31/05/2023 |

Relatório gerado dia: 03/09/2024 às 17:46
Fonte: paineldepresos.planejamento.gov.br

| | | | | | | | | | | | | |
|------------|-------|-----------------------|--------|------------------------|--|---------|---|---------|-------------------------------|---------------------|---|------------|
| 00027/2023 | 00003 | Dispensa de Licitação | 600398 | BANDEIRA INSTITUCIONAL | | UNIDADE | 1 | R\$1000 | E7 COMERCIO DE CONFECOES LTDA | COMANDO DO EXERCITO | 160428 - 2 REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO/RS | 31/05/2023 |
|------------|-------|-----------------------|--------|------------------------|--|---------|---|---------|-------------------------------|---------------------|---|------------|

Fora realizada a pesquisa no Painel de Preços e, encontrado alguns produtos com características similares, contudo não foram localizados objetos sendo comercializados também como o mastro, base de sustentação, de mesmo tecido e, entregue em Brasília – DF.

Pesquisa em sítios eletrônicos de domínio amplo



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

Fora pesquisado no portal de buscas da Google e, encontradas bandeiras com características e preços similares, contudo não foram localizados os outros objetos para comercialização, como também o mastro e a base de sustentação.

https://www.google.com/search?sca_esv=d0b2727f85f62fcc&sca_upv=1&rlz=1C1CHZN_pt-BRBR1005BR1005&sxsrf=ADLYWJHeVrTcWfFgjN30biR26snth0nSq:1725395164014&q=bandeira+terga&l&tbm=shop&source=lnms&fbs=AEQNm0AuaLfhdrx2b9ODfK0pnmi046uB92frSWoVskpBryHTtShVNbk-60xlcGTvYzJ-DKSTGtJJS2FjB5pmTql0ubRQcrur8VCNRNtkKdC3ObBzKkmbLoRaBPwuLOWGy-L2SeKN5e-RaE9G50f7ELQ-7qM_eWh1264lk7KW_w1d7poKY8FoXLVFyobu_n7brwWzFssyzznMciTouWohlju3iwSe9POrA&ved=1t:200715&ictx=111&biw=1920&bih=911&dpr=1

google.com/search?sca_esv=d0b2727f85f62fcc&sca_upv=1&rlz=1C1CHZN_pt-BRBR1005BR1005&sxsrf=ADLYWJHeVrTcWfFgjN30biR26snth0nSq:1725395164014&q=bandeira+terga&l&tbm=shop&source=lnms&fbs=AEQNm0AuaLfhdrx2b9ODfK0pnmi046uB92frSWoVskpBryHTtShVNbk-60xlcGTvYzJ-DKSTGtJJS2FjB5pmTql0ubRQcrur8VCNRNtkKdC3ObBzKkmbLoRaBPwuLOWGy-L2SeKN5e-RaE9G50f7ELQ-7qM_eWh1264lk7KW_w1d7poKY8FoXLVFyobu_n7brwWzFssyzznMciTouWohlju3iwSe9POrA&ved=1t:200715&ictx=111&biw=1920&bih=911&dpr=1

186.202.166.59:808... Advocacia-Geral da... Passagens Aéreas dwonvikValor_estim... CONTRATO DE PRE... INSTRUÇÃO NORM... S

Google bandeira tergal

Todas Imagens Shopping Vídeos Notícias Maps Web Mais

Brasília, DF

Ordenar por: Relevância

Mostrar apenas Promoção

Preço Até R\$ 25 R\$ 25 - R\$ 50 R\$ 50 - R\$ 100 Acima de R\$ 100

R\$ Mil - R\$ Mil

Ocasião especial Patriota Ação de Graças Hannukah

Estação do ano Primavera Verão Outono Inverno

Marca Eagle Crest Taylor Made Products

Cor Várias Branca Azul Verde Laranja Preto Rosa

Avaliação do produto 4 ou mais Mais

| | | | |
|---|--|---|--|
| | | | |
| BANDEIRA TERGAL MINAS GERAIS 1,28 X 0,90 AUTENTICA UND Retângulo - Várias | Bandeira de Florianópolis 2P 90X1,29CM Tergal Retângulo - Várias | Bandeira De Senegal Em Tercido Oxford 100% Poliéster Presente Brinde 5,0 ★★★★★ 2 | Bandeira do Brasil em Tercido 0,90 x 1,28 cm - Schuster / Bandeira Nacional ... 5,0 ★★★★★ 1 Patriota |
| R\$ 313,90 Palimontes Entrega gratuita | R\$ 219,90 FORT Frete não incluído | R\$ 40,20 Mercado Livre Frete não incluído Comparar preços de 5 ou mais lojas | R\$ 129,50 Shopee Frete não incluído |
| | | | |
| Bandeira do Brasil 2P 90X1,29CM Tergal Retângulo - Patriota | Bandeira do Brasil em Tercido Tergal 135 x 193 cm - Vide Band Patriota | Bandeira de São José 2P 90X1,29CM Tergal Retângulo - Várias | Bandeira De Portugal Em Tercido Oxford 100% Poliéster Presente Brinde 5,0 ★★★★★ 7 Verde |
| R\$ 159,90 FORT Frete não incluído | R\$ 220,00 Shopee Frete não incluído | R\$ 189,90 FORT Frete não incluído | R\$ 50,20 Magazine Luiza Frete não incluído |



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

Pesquisa direta



PORTO FABRICA DE BANDEIRAS E SERVICOS LTDA - (21) 3272-0164
Rua Goiás, N° 84
20756120 - Rio de Janeiro, RJ
CNPJ: 08.737.891/0001-75, IE: 78270420

Proposta Nº 5970

Para

| |
|--|
| COFFITO CNPJ: , compras@coffito.gov.br |
|--|

| | |
|---------------------------|------------|
| Número da Proposta | 5970 |
| Data | 19/08/2024 |

[OXFORD ESTAMPADA]

Bandeira fabricada em tecido 100% poliéster (OXFORD), dupla-face em processo de estampa têxtil digital de alta qualidade, composta por fios de grande resistência e com alto brilho. Possui tralha na cor branca, com dois ilhoses nas pontas. Para uso interno ou externo. Fique SEMPRE atento aos tamanhos e detalhes das bandeiras. DENTRO DAS NORMAS E PADRÕES ABNT

Itens da proposta comercial

| Descrição do produto/serviço | Código | Un | Qtd. | Preço un. | Preço total |
|---|---|----|------|-----------|-------------|
| Bandeira do Brasil - Oficial Estampada-0.90x1.30m | ban-bandeiradobrasil-oficial estampada-0.90x1.30m | UN | 1 | 110,00 | 110,00 |
| Kit 27 Bandeiras dos Estados-0.90x1.30m | kit-27-estados-0.90x1.30m | UN | 1 | 2.970,00 | 2.970,00 |
| Mastro em Madeira | mastro-em-madeira | UN | 28 | 210,00 | 5.880,00 |
| Base Redonda | baseredonda | UN | 28 | 240,00 | 6.720,00 |

Outros itens ou serviços

| |
|---|
| <p>FORMAS DE PAGAMENTO: Boleto, Cartão de Crédito, Depósito ou Transferência Bancária</p> <p>Dados Bancários: Banco Itaú (341) AG: 9202 c/c: 10608-5 Porto Fábrica de Bandeiras e Serv. Ltda CNPJ: 08.737.891/0001-75</p> <p>ENVIAR COMPROVANTE PARA INICIARMOS A PRODUÇÃO.</p> |
|---|

| Nº de Itens | Soma das Qtdes | Total outros itens | Total dos itens | Frete | Total da proposta |
|-------------|----------------|--------------------|-----------------|----------|-------------------|
| 4,00 | 58 | 0,00 | 15.680,00 | 1.000,00 | 16.680,00 |

Condições gerais

| | |
|-------------------------|-----------|
| Prazo de entrega | 15 dias |
| Validade | 30 dia(s) |



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

| BELPONTO | | BELPONTO BORDADOS E CONFECÇÕES LTDA | | | | | |
|--|--|-------------------------------------|----------------------|---|-------------------------|------------------|------------------|
| DADOS DA EMPRESA | | | | | | | |
| Endereço: SHCS/CR QD. 512 Bloco A - Loja 71 - CEP: 70361-515 - Brasília-DF | | | | | | | |
| Telefone: (61) 3346-4606 | | | | E-mail: vendas@belponto.com.br | | | |
| CNPJ: 00.849.026/0001-09 | | | | DADOS BANCÁRIOS: BANCO DO BRASIL AG 1004-9 C/C: 5925-0 | | | |
| Atendente: KARLINE MENDES | | | | | | | |
| DADOS DO CLIENTE | | | | | | | |
| Razão | | | | | | | |
| CNPJ/CP | | | | | | | |
| Contato: | | | | | | | |
| Telefone: | | | | | | | |
| E-mail: | | | | | | | |
| PRECIFICAÇÃO | | | | | | | |
| Item | Especificação | Material | Marca/Modelo | Unidade | Quant. | Preço Unit (R\$) | Total (R\$) |
| 1 | BANDEIRA do BRASIL EM APLICAÇÃO BORDADA MEDINDO 0,80CMX1,30 EM TECIDO TERGAL VERÃO COM TÉCNICA TECIDO SOBRE TECIDO E SOMENTE CONTOURNO BORDADO, TRALHA BRANCA E FECHADA COM ILHÓS NA LATERAL. (LETRAS E ESTRELAS SILKADAS) | TERGAL VERÃO | BP | UND | 1 | 155,00 | 155,00 |
| 2 | JOGO COMPLETO ESTADOS TERGAL 0,80CMX1,30. TÉCNICA TECIDO SOBRE TECIDO E SOMENTE CONTOURNO BORDADO, TRALHA BRANCA E FECHADA COM ILHÓS NA LATERAL. | TERGAL VERÃO | BP | UND | 1 | 5.909,64 | 5.909,64 |
| 3 | KIT MASTRO COM BASE E LANÇA. <u>MASTRO EM ALUMINIO. MEDINDO APROXIMADAMENTE 2M DE COMPRIMENTO TOTAL. DIVIDIDO EM 2 PARTES ROSQUEAVEIS. COM DUAS PRESILHAS PARA FIXACAO DA BANDEIRA.</u> | MADEIRA/ALUMINIO | BP | UND | 28 | 558,00 | 15.624,00 |
| | | | | | | | 21.688,64 |
| OBSERVAÇÃO | | | | | | | |
| Prazo de Entrega | Forma de Pagamento | Frete: | Validade da Proposta | Nota: | BRASÍLIA- DF 24/08/2024 | | |
| Até 30 dias uteis | Depósito bancário antecipado 50%. | Por conta do comprador. | 30 dias | As demais condições são as estabelecidas no Termo de Referência | | | |



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional



Pinte & Borde

Pinte e Borde confecções Ltda. ME
QE 40 RUA 01 LOTE 01
Pólo de Modas Guará II
Fone/fax: (61) 33012394
E-mail: pinteebordeguara@gmail.com

Brasília, 26 de Agosto de 2024.

CNPJ. Nº 01.790.859/0001-04
INSC. DF 07.379.240/001-75

A: Coffito

Sr.º: Luiz Felipe Mathias Cantarino

Telefone: (61) 3035 - 3800

CNPJ: 00.487.140/0001-36 / Inscrição Estadual: Isento

Endereço: SIA Trecho 17, Lote 810, Parque Ferroviário, Brasília - DF

Cep: 71.200-234

E-mail: compras@coffito.gov.br

Apresentamos proposta de orçamento para fornecimento de bandeiras conforme especificado abaixo:

| ITEM | QT | DISCRIMINAÇÃO | MARCA | VALOR UNITÁRIO | TOTAL |
|--------------|----|--|---------------|----------------|----------------------|
| 1 | 28 | Bandeira DO Brasil e dos 27 Estados brasileiros SUBLIMADAS, medindo 1,30x90cm, em tecido OXFORD. | PINTE & BORDE | R\$ 250,00 | R\$ 7.000,00 |
| 2 | 28 | Kit mastro e base em madeira (contendo 28 mastros e 28 bases de madeira na cor mogno) | PINTE & BORDE | R\$ 450,00 | R\$ 12.600,00 |
| TOTAL | | Sete mil reais | | | R\$ 19.600,00 |

OU

| ITEM | QT | DISCRIMINAÇÃO | MARCA | VALOR UNITÁRIO | TOTAL |
|--------------|----|---|---------------|----------------|----------------------|
| 1 | 28 | Bandeira DO Brasil e dos 27 Estados brasileiros BORDADA, medindo 1,30x90cm, em tecido TERGAL VERÃO. | PINTE & BORDE | R\$ 350,00 | R\$ 9.800,00 |
| 2 | 28 | Kit mastro e base em madeira (contendo 28 mastros e 28 bases de madeira na cor mogno) | PINTE & BORDE | R\$ 450,00 | R\$ 12.600,00 |
| TOTAL | | Vinte e dois mil reais e quatrocentos reais | | | R\$ 22.400,00 |

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 dias.

PRAZO DE ENTREGA: 30 dias ou a combinar.

DADOS BANCARIOS:

PIX: CNPJ. Nº 01.790.859/0001-04

BANCO DE BRASÍLIA -BRB

AGENCIA: 054

CONTA: 054.017399-1

Ianete Carvalho



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

Numero Proposta: PO5-14101



CONFEÇÕES DE BANDEIRAS STORE LTDA ME

Rua Guarana 743 Galpão Rio Marinho, Vila Velha - ES, Cep 29112 - 400
CNPJ: 30.987.195/0001-76 | IE: 083.633.41-3
(27) 3359 - 5888 | E-mail: sac@bandeirashop.com.br

DADOS CLIENTE

Nome: Luiz Felipe Mathias
Telefone: (61) 3035-3800
E-mail: compras@coffito.gov.br

Validade Proposta

| Descrição do Produto | Qtd | VI Unitario | Total |
|--|-------|-------------|--------------|
| Kit Bandeiras Estaduais Brasileiro 0,90 x 1,28 Dupla Face tecido Euroflag 100% Poliéster composto de fios de alta resistência, acabamento reforçado com costura em barra dupla, estampa digital de alta Resolução, tarja lateral com nylon / ilhos de aço inox | 27 PC | R\$ 105,00 | R\$ 2.835,00 |
| Kit Base Mogno 3 Furos com Mastros de Madeira Base Revestida em Laminado na cor Mogno, medidas L 24 cm X A 12 cm x C 46 cm, sapatas de aço inox para nivelamento, acabamento com canopla cromada, acompanha 03 Mastros com 2,20 de altura em Madeira de Lei PEROBA-MIKA, ponteira lança torneada, mastro completo com presilhas de aço inox, acabamento com verniz protetor PU. GARANTIA DE 05 ANOS | 9 | R\$ 680,00 | R\$ 6.120,00 |
| Valor Total: R\$ 8.955,00 | | | |

Observações da Cotação:

Formas de pagamento:

***VALOR UNITÁRIO VÁLIDO PARA COMPRA TOTAL DESTA PROPOSTA. ***
Pagamento a vista antecipado, Depósito, TED ou Pix

CONFEÇÕES DE BANDEIRAS STORE LTDA

BANCO SICOOB - 756
AG:3008
C/C: 125.700-5
CHAVE PIX-CNPJ: 30.987.195/0001-76

| Prazo de entrega | Forma de Pagamento | Prazo de Pagamento | Frete |
|----------------------|--------------------|--------------------|--------|
| Em até 22 dias úteis | Depósito Bancário | 30 dias | GRÁTIS |

Vendedor: SAC- BANDEIRA SHOP

Telefone: (27) 3359-5888

E-mail: sac@bandeirashop.com.br

Vila Velha, 29 de Agosto de 2024

Rua Guarana 745 Rio Marinho Vila Velha - ES, Cep: 29112-400

Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas

Para atendimento ao determinado na legislação, foi realizada pesquisa com os parâmetros e link abaixo, depreendendo-se desta que não foram localizados resultados que pudessem gerar comparativo de preços, em virtude diferenças dos produtos como tamanho, composição e acessórios.

Período de 04/09/2023 a 02/09/2024

UF do fornecedor: DF e GO

Produto: Bandeira

Valor da Nota: de R\$ 0,00 a R\$ 20.000,00



COFFITO

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

<https://portaldatransparencia.gov.br/notas-fiscais/consulta?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&de=04%2F09%2F2023&ate=02%2F09%2F2024&ufFornecedor=DF%2FCGO&produto=bandeira&valorAte=20000&colunasSelecionadas=linkDetalhamento%2CorgaoSuperiorDestinatario%2CorgaoDestinatario%2CnomeFornecedor%2CnpjFornecedor%2CmunicipioFornecedor%2CufFornecedor%2CchaveNotaFiscal%2CvalorNotaFiscal%2CdataEmissao%2CtipoEventoMaisRecente%2Cnumero%2Cserie&ordenarPor=municipioFornecedor&direcao=asc>

FILTROS APLICADOS:

Período de: 01/09/2023
Período até: 02/09/2024
UF do fornecedor: DISTRITO FEDERAL GOIÁS
Produto: bandeira
Valor da nota até: R\$ 20.000,00

LIMPAR

Dados atualizados até: 01/09/2024

| DETALHAR | ÓRGÃO SUPERIOR DESTINATÁRIO | ÓRGÃO DESTINATÁRIO | FORNECEDOR | CPF/CNPJ DO FORNECEDOR | MUNICÍPIO DO FORNECEDOR | UF DO FORNECEDOR | CHAVE DA NF-E | VALOR DA NOTA (R\$) | DATA DA EMISSÃO | SITUAÇÃO | NÚMERO | SÉRIE |
|----------|-----------------------------|-------------------------------|--|------------------------|-------------------------|------------------|--|---------------------|-----------------|--------------------|--------|-------|
| Detalhar | Ministério da Defesa | Comando do Exército | CBF COMÉRCIO DE CONFECÇÕES BANDEIRAS LTDA | 17.365.274/0001-87 | APARECIDA DE GOIANIA | GO | 52230917365274000187550010000026711050003003 | 5.599,32 | 04/09/2023 | Autorização de Uso | 2671 | 1 |
| Detalhar | Ministério da Educação | Instituto Federal Farroupilha | COMPANHIA DAS BANDEIRAS E ACESSÓRIOS LTDA | 46.884.905/0001-72 | APARECIDA DE GOIANIA | GO | 52230946884905000172550010000001751133378763 | 1.206,00 | 27/09/2023 | Autorização de Uso | 175 | 1 |
| Detalhar | Ministério da Defesa | Comando do Exército | FABRICA DAS BANDEIRAS INDUSTRIA COMERCIO DE CONFECCOES SERVI | 04.884.221/0001-20 | APARECIDA DE GOIANIA | GO | 52230904884221000120550010000070781808491611 | 196,00 | 11/09/2023 | Autorização de Uso | 7078 | 1 |
| Detalhar | Ministério da Defesa | Comando do Exército | AFA INDUSTRIA COMERCIO E SERVICOS LTDA | 24.935.788/0001-96 | APARECIDA DE GOIANIA | GO | 52230924935788000196550010000005081062755292 | 15.500,00 | 20/09/2023 | Autorização de Uso | 508 | 1 |
| Detalhar | Ministério da Defesa | Comando do Exército | FABRICA DAS BANDEIRAS INDUSTRIA COMERCIO DE CONFECCOES SERVI | 04.884.221/0001-20 | APARECIDA DE GOIANIA | GO | 52230904884221000120550010000070771908491616 | 3.420,00 | 11/09/2023 | Autorização de Uso | 7077 | 1 |
| Detalhar | Ministério da Defesa | Comando do Exército | COMPANHIA DAS BANDEIRAS E ACESSÓRIOS LTDA | 46.884.905/0001-72 | APARECIDA DE GOIANIA | GO | 52230946884905000172550010000001741320023305 | 2.455,11 | 25/09/2023 | Autorização de Uso | 174 | 1 |
| Detalhar | Ministério da Defesa | Comando do Exército | FABRICA DAS BANDEIRAS INDUSTRIA COMERCIO DE CONFECCOES SERVI | 04.884.221/0001-20 | APARECIDA DE GOIANIA | GO | 52230904884221000120550010000071011768491616 | 440,00 | 25/09/2023 | Autorização de Uso | 7101 | 1 |

<https://portaldatransparencia.gov.br/notas-fiscais/consulta?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&de=01%2F09%2F2023&ate=02%2F09%2F2024&ufFornecedor=DF%2FCGO&p...> 1/2



| DETALHAR | ÓRGÃO SUPERIOR DESTINATÁRIO | ÓRGÃO DESTINATÁRIO | FORNECEDOR | CPF/CNPJ DO FORNECEDOR | MUNICÍPIO DO FORNECEDOR | UF DO FORNECEDOR | CHAVE DA NF-E | VALOR DA NOTA (R\$) | DATA DA EMISSÃO | SITUAÇÃO | NÚMERO | SÉRIE |
|----------|-----------------------------|--|---|------------------------|-------------------------|------------------|--|---------------------|-----------------|--------------------|--------|-------|
| Detalhar | Ministério da Defesa | Comando do Exército | FABRICA DAS BANDEIRAS INDUSTRIA COMERCIO DE CONFECOES SERVI | 04.884.221/0001-20 | APARECIDA DE GOIANIA | GO | 52230904884221000120550010000070781808491611 | 196,00 | 11/09/2023 | Autorização de Uso | 7078 | 1 |
| Detalhar | Ministério da Defesa | Comando do Exército | FABRICA DAS BANDEIRAS INDUSTRIA COMERCIO DE CONFECOES SERVI | 04.884.221/0001-20 | APARECIDA DE GOIANIA | GO | 52230904884221000120550010000070771908491616 | 3.420,00 | 11/09/2023 | Autorização de Uso | 7077 | 1 |
| Detalhar | Ministério da Defesa | Comando do Exército | FABRICA DAS BANDEIRAS INDUSTRIA COMERCIO DE CONFECOES SERVI | 04.884.221/0001-20 | APARECIDA DE GOIANIA | GO | 52230904884221000120550010000071081638491617 | 490,00 | 28/09/2023 | Autorização de Uso | 7108 | 1 |
| Detalhar | Ministério da Defesa | Comando do Exército | FABRICA DAS BANDEIRAS INDUSTRIA COMERCIO DE CONFECOES SERVI | 04.884.221/0001-20 | APARECIDA DE GOIANIA | GO | 52230904884221000120550010000070901118491616 | 6.464,00 | 15/09/2023 | Autorização de Uso | 7090 | 1 |
| Detalhar | Ministério da Defesa | Comando do Exército | COMPANHIA DAS BANDEIRAS E ACESSÓRIOS LTDA | 46.884.905/0001-72 | APARECIDA DE GOIANIA | GO | 52230946884905000172550010000001701030046516 | 1.875,00 | 15/09/2023 | Autorização de Uso | 170 | 1 |
| Detalhar | Ministério da Defesa | Fundo do Exército | FABRICA DAS BANDEIRAS INDUSTRIA COMERCIO DE CONFECOES SERVI | 04.884.221/0001-20 | APARECIDA DE GOIANIA | GO | 52230904884221000120550010000070921338491610 | 798,00 | 15/09/2023 | Autorização de Uso | 7092 | 1 |
| Detalhar | Ministério da Educação | Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca | COMPANHIA DAS BANDEIRAS E ACESSÓRIOS LTDA | 46.884.905/0001-72 | APARECIDA DE GOIANIA | GO | 52230946884905000172550010000001671000000504 | 3.858,00 | 15/09/2023 | Autorização de Uso | 167 | 1 |
| Detalhar | Ministério da Defesa | Comando do Exército | CBF COMÉRCIO DE CONFECOES BANDERAS LTDA | 17.365.274/0001-87 | APARECIDA DE GOIANIA | GO | 52231017365274000187550010000026881020000054 | 3.316,00 | 02/10/2023 | Autorização de Uso | 2688 | 1 |

<https://portaldatransparencia.gov.br/notas-fiscais/consulta?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&de=01%2F09%2F2023&ate=02%2F09%2F2024&ufFornecedor=DF%2CGO&p...> 2/2

11. Da dotação orçamentária

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na rubrica: 6.2.2.1.1.01.04.03.001.002.

12. Responsáveis



Evaldo Amorim

Chefe do Setor de Infraestrutura e Logística